



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Maranhão
Diretoria do FERJ

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – ANO 2019 - FERJ



Rua do Egito, 144 - Centro – São Luís/MA – CEP: 65010-190
e-mail: dirferj@tjma.jus.br
Telefone: (98)3261-6201/6202 – Fax: (98) 3254-0449/0699

MISSÃO INSTITUCIONAL

MISSÃO: Fornecer recursos, através de meios efetivos, visando à melhoria do Poder Judiciário Estadual, proporcionando soluções que viabilizem o desenvolvimento das atividades judicantes e cartorárias, bem como o atendimento satisfatório da sociedade.

VISÃO: Tornar-se uma instituição de excelência, constituindo-se como modelo de administração de Fundos Especiais do Poder Judiciário no Norte-Nordeste.

VALORES: Ética, Transparência, Imparcialidade, Responsabilidade, Produtividade, Efetividade e Segurança.

APRESENTAÇÃO

O Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário – FERJ foi criado pela lei complementar nº 48, de 15 de dezembro de 2000, do Estado do Maranhão, e regulamentado pela resolução nº 02/2001-TJ.

As atividades deste Fundo estão diretamente relacionadas à sua missão institucional que é a de prover o Tribunal de Justiça de recursos orçamentários para reaparelhar e modernizar o Judiciário maranhense.

Para atingir seu desiderato, o FERJ utiliza 100% (cem por cento) dos valores provenientes das custas e despesas processuais, da taxa judiciária, do preparo de recursos, das multas aplicadas ao espólio, das multas processuais cíveis e administrativas e das fianças; e 12% (doze por cento) dos emolumentos das serventias extrajudiciais.

No ano de 2009 foi instituído o Fundo Especial das Serventias Extrajudiciais de Registro Civil das Pessoas Naturais – FERC por meio da lei complementar nº 130, de 29 de dezembro de 2009, com o objetivo de prover a gratuidade do Registro Civil de Nascimento e de Óbito prevista na Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997, bem como de atender as determinações do art. 8º da Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000.

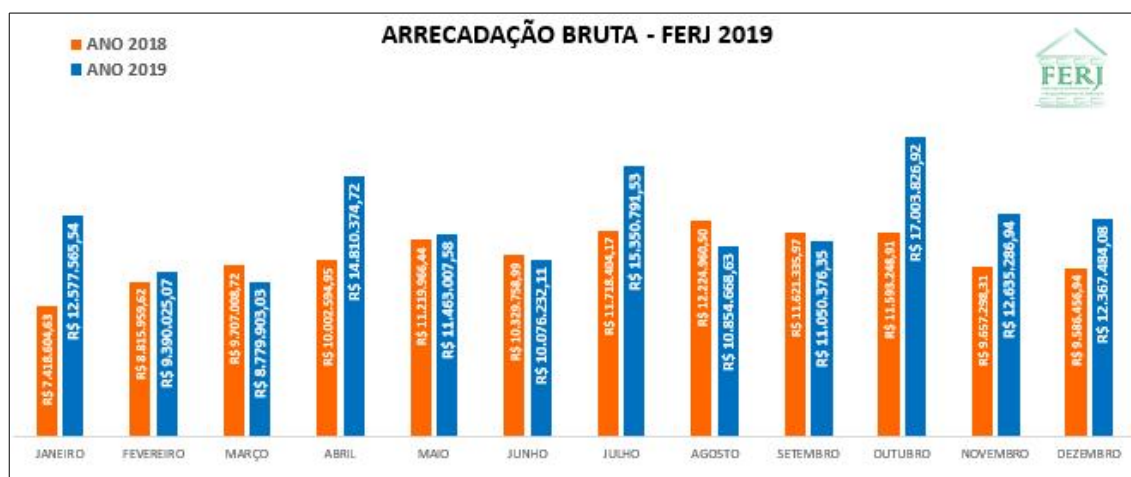
Atualmente, o FERJ tem a seguinte estrutura organizacional: 01 (uma) Diretoria, 01 (uma) Coordenadoria e 03 (três) Divisões – a de Fiscalização, a de Arrecadação e a do FERC.

O FERJ desenvolve suas atividades através das subdivisões específicas que foram desenvolvidas para tornar o Fundo eficiente em todos os trabalhos realizados.

ATIVIDADES - FERJ

A Diretoria do FERJ, atendendo às políticas definidas pela atual gestão, demonstra por meio desse Relatório de Atividades os indicadores das atividades desempenhadas, no ano corrente, para o aprimoramento e modernização do Poder Judiciário Maranhense.

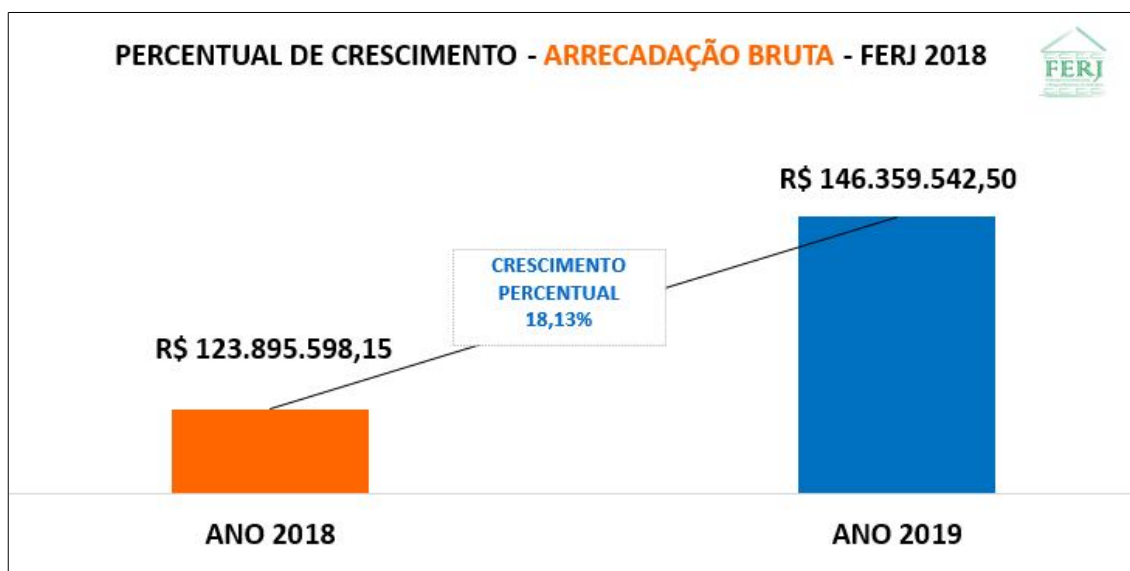
Ao considerar o ano 2019, referente aos meses de janeiro a dezembro, a nossa Diretoria teve como receita o montante de **R\$ 146.359.542,50** (cento e quarenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e quarenta e dois mil reais e cinquenta centavos), o que compreende os campos da cobrança de custas finais, protesto, fiscalização, repasses provindos dos saldos de balancetes, venda de selos de fiscalização e papéis de segurança, transferências do Banco do Brasil, repasses do Governo do Estado e rendimentos de Aplicação Financeira.



Fonte: SIAFERJ-WEB (Banco do Brasil)

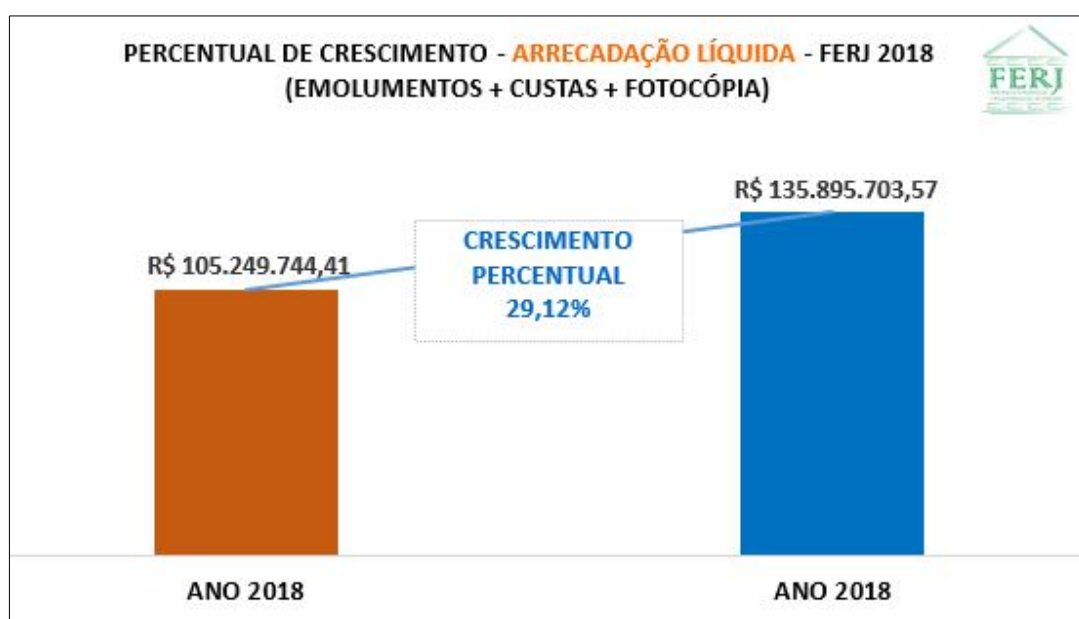
Conforme tabela abaixo, verifica-se que o crescimento comparativo, entre o ano de 2018 e 2019, foi de R\$ 22.463.944,35 (vinte e dois milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, novecentos e quarenta e

quatro reais e trinta e cinco centavos), o que representa um crescimento acumulado de 18,13%, verificando-se que a Diretoria do FERJ tem superado os bons resultados conseguidos no ano de 2019.



Fonte: SIAFERJ-WEB

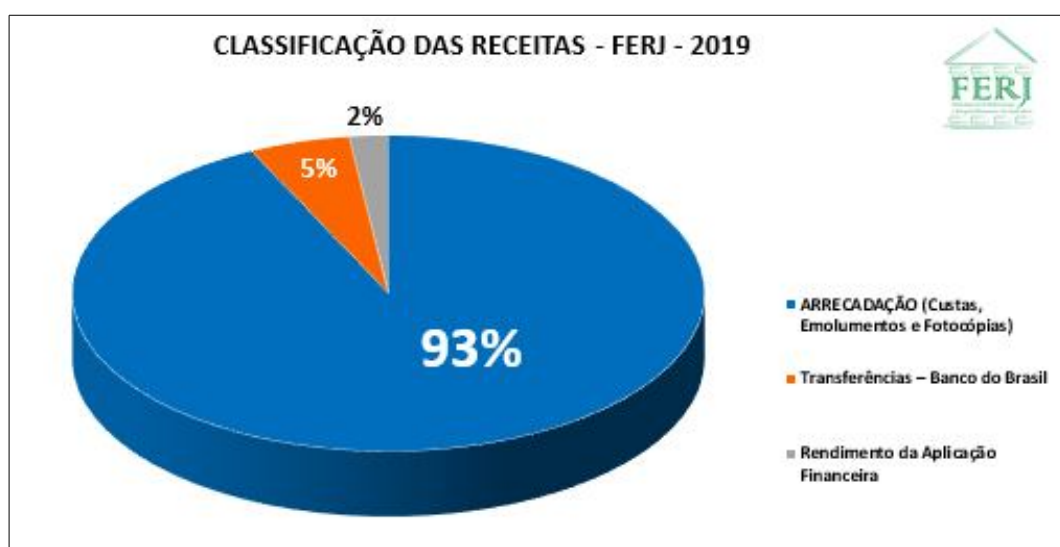
Considerando apenas arrecadação com as receitas oriundas das custas judiciais, emolumentos extrajudiciais e fotocópias, temos percentuais de crescimento ainda mais satisfatórios, conforme gráfico abaixo:



Para fins de controle das Receitas do FERJ, podemos mapear a arrecadação de acordo com a seguinte tabela de classificação geral:

CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS - FERJ - 2019	
RECEITAS	ACUMULADO
ARRECADAÇÃO (Custas, Emolumentos e Fotocópias)	R\$ 135.895.703,57
Transferências – Banco do Brasil	R\$ 7.546.627,65
Rendimento da Aplicação Financeira	R\$ 2.917.211,28
TOTAL DA RECEITA	R\$ 146.359.542,50

Fonte: SIAFERJ-WEB



Fonte: SIAFERJ-WEB

Segundo o artigo 3º da Lei nº 48/2000 e as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 124/2009, há 31 (trinta e um) diferentes tipos de fontes de receita do FERJ, dentre as quais destacam-se principalmente dois grupos mais expressivos: **as receitas oriundas do recolhimento de custas e despesas processuais e as derivadas da taxa de 12% sobre os emolumentos das serventias extrajudiciais.**

Para o recolhimento de custas finais, a Diretoria do FERJ tem utilizado como meios de cobrança o envio de notificações e boleto via Correios e por e-mail, o que torna mais rápida a efetivação dos pagamentos. Com relação aos pagamentos não realizados e as correspondências devolvidas, devido ao endereço ser incerto ou não sabido, a Diretoria do FERJ publica no Diário da Justiça Eletrônico – DJE as custas finais e, assim, os prazos para pagamento são reabertos com 30 dias.

Aquelas que não são pagas dentro do prazo previsto em lei, encaminhamos para a Dívida Ativa do Estado e também para inclusão no SERASA, por meio do convênio firmado entre a SEFAZ e o SERASA.

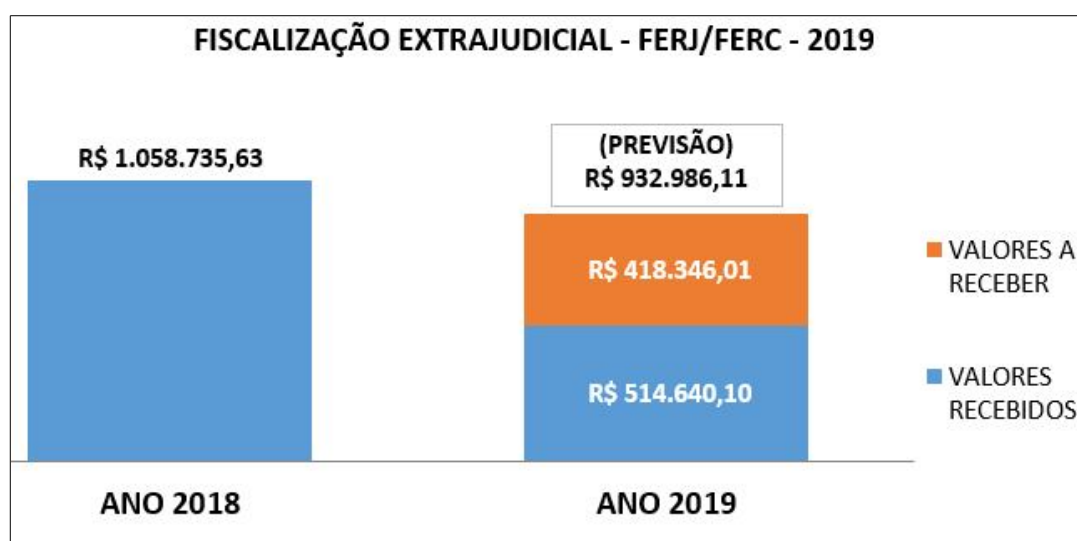
No período de janeiro a dezembro de 2019, a Diretoria do FERJ arrecadou o valor de **R\$ 1.255.630,62** (um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e trinta reais e sessenta e dois centavos) com custas finais. Desse valor, temos o montante de R\$ 505.201,08 (quinhentos e cinco mil, duzentos e um reais e oito centavos) que foi arrecadado diretamente através das notificações aos devedores (cartas e editais), sendo o valor de R\$ 643.766,56 (seiscentos e quarenta e três mil, setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) referente ao pagamento de certidões após inscrição em Dívida Ativa. Além disso, o FERJ arrecadou R\$ 106.662,98 (cento e seis mil, seiscentos e sessenta e dois reais e noventa e oito centavos) com Protesto de Certidões da Dívida Ativa decorrente de custas processuais finais.



As **atividades de fiscalização realizadas pelo FERJ**, tanto nas serventias extrajudiciais quanto nas secretarias judiciais, tem como foco a apuração de fraudes, evasão de receitas e possíveis abusos contra a população na cobrança dos emolumentos e custas judiciais.

A realização da fiscalização extrajudicial contribui de forma importante ao fiel cumprimento da legislação na cobrança de emolumentos, garantindo ao Poder Judiciário o valor correto de arrecadação, bem como ao usuário do serviço a importância real a ser paga, por examinar os possíveis emolumentos cobrados indevidamente ao cidadão.

Durante o ano de 2019, as atividades de fiscalização proporcionaram a inspeção de 125 serventias extrajudiciais auditadas, contribuindo desta forma para uma projeção de arrecadação total FERJ e FERC de **R\$ 932.986,11** (novecentos e trinta e dois mil, novecentos e oitenta e seis reais e onze centavos) relativos a auditorias referentes aos anos de 2016, 2017 e 2018. Deste valor, já pagos aos cofres públicos, temos o valor de **R\$ 514.640,10** (quinhentos e catorze mil, seiscentos e quarenta reais e dez centavos) apurados até 14 de janeiro de 2020, conforme gráfico abaixo:



No ano de 2019, a Diretoria do FERJ continuou com o projeto de **Recuperação de Receitas nas Secretarias Judiciais**, iniciado em 2016 por determinação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Desembargador Cleones Carvalho Cunha.

Em cumprimento à resolução RESOL-GP – 472018, foram ministrados treinamentos a 561 servidores, sendo contempladas mais de 100 comarcas, conforme dados abaixo:

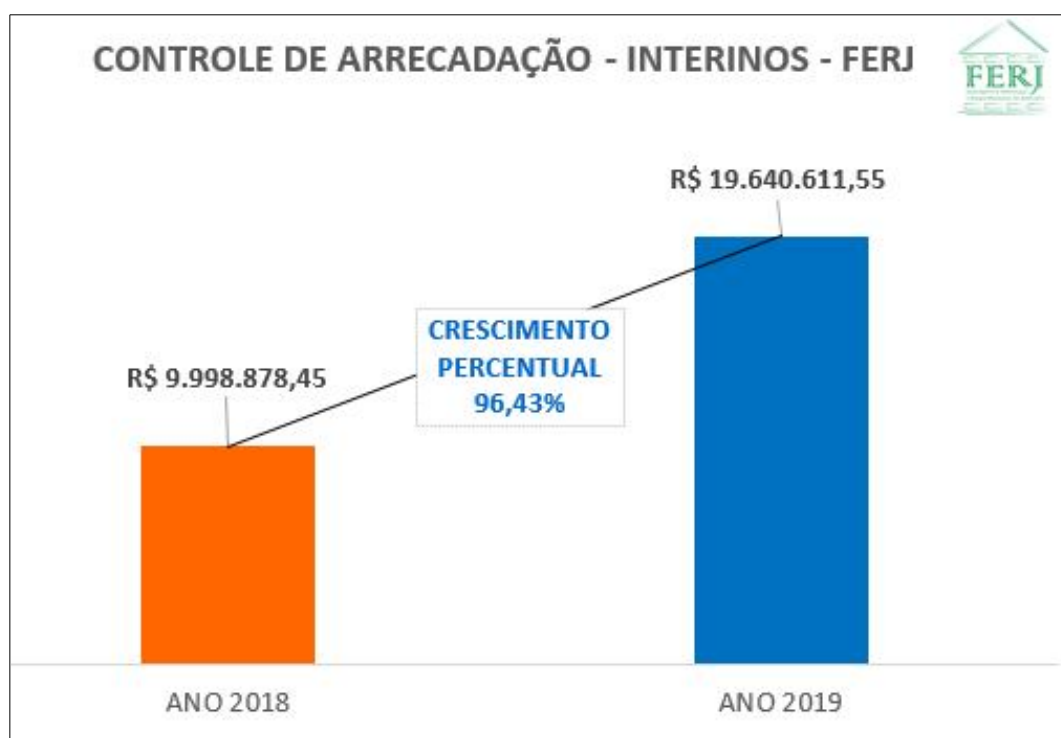


Essas atividades, junto às unidades judiciais, buscam promover a capacitação dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão no tocante aos procedimentos de cálculo e recolhimento de custas judiciais, com as modificações da Lei Estadual nº 9.109, de 29 de dezembro de 2009, bem como pelas inovações advindas com o novo Código de Processo Civil, contribuindo, dessa forma, para a otimização e aumento da arrecadação das receitas do FERJ.

A Diretoria do FERJ manteve seu compromisso com o Poder Judiciário, no tocante à otimização dos recursos públicos, ao fazer um trabalho de logística e adequação que possibilitou a realização do trabalho

de fiscalização nas serventias extrajudiciais somado aos treinamentos das secretarias judiciais.

A partir do mês de março do ano de 2012, o FERJ iniciou o **controle das informações dos balancetes dos interinos do Estado do Maranhão**. Esse trabalho rendeu aos cofres públicos, no ano de 2018, o valor de **R\$ 19.640.611,55** (dezenove milhões, seiscentos e quarenta mil, seiscentos e onze reais, cinquenta e cinco centavos), compreendendo saldos de balancetes do ano de 2018 e 2019.



Esse valor arrecadado é oriundo das serventias extrajudiciais com interinos que, por determinação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, repassam valores financeiros ao FERJ, em virtude de saldo positivo, conforme determina o art. 2º do Ato da Presidência nº 09/2010.

PROJETOS FERJ 2020

AÇÃO Nº 01

- Aprimorar a Tabela de Custas e Emolumentos da Lei nº 9.109/2009, no sentido de padronizar e simplificar a cobrança dos atos.

AÇÃO Nº 02

- Incluir na Tabela de Custas e Emolumentos os procedimentos para cobrança do Georreferenciamento.

AÇÃO Nº 03

- Elaborar manual de procedimentos de custas para orientar magistrados, servidores e jurisdicionados.

AÇÃO Nº 04

- Dar continuidade ao projeto de “Recuperação de Receitas” no sentido de acompanhar o desenvolvimento das secretarias judiciais.

AÇÃO Nº 05

- Verificar os processos arquivados há menos de 5 (cinco) anos pendentes de cálculos de custas finais e realizar a cobrança.

AÇÃO Nº 06

- Criar um cronograma anual de fiscalização por região, visando otimização de custos e contemplando todas as Serventias Extrajudiciais do Estado.

AÇÃO Nº 07

- Elaborar os relatórios de fiscalização para a formalização dos processos administrativos e acompanhar as notificações.

AÇÃO Nº 08

- Treinar servidores na prática de fiscalização promovendo um aumento na eficiência e produtividade do setor.

AÇÃO Nº 09

- Elaborar e implementar as normas de procedimentos das atividades desenvolvidas na Diretoria do FERJ.

AÇÃO Nº 10

- Regulamentação de piso para análise de prestação de contas de interinos e interventores das serventias extrajudiciais.

AÇÃO Nº 11

- *Treinamento para atualização de servidores no desenvolvimento das atividades desempenhadas na Diretoria do FERJ.*

AÇÃO Nº 12

- *Treinamento de Normas e Procedimentos do FERJ e FERC aos novos delegatários dos serviços notariais e registrais providos pelo Concurso Público. Ed. nº 01/2016.*

AÇÃO Nº 13

- Continuidade acerca da implantação e treinamento dos selos eletrônicos nas serventias extrajudiciais em todo Estado do Maranhão.

AÇÃO Nº 14

- Elaborar projeto de implementação do selo de fiscalização eletrônico nas secretarias judiciais do Estado.

DO PLANEJAMENTO

PLANO PLURIANUAL – PPA

O Plano Plurianual ou OPA é um instrumento legal de planejamento das ações governamentais, previsto no art. 165 da Constituição Federal que se destina a organizar e viabilizar a ação pública por um período de quatro anos.

O PPA do Estado do Maranhão para o quadriênio de 2016/2019 foi aprovado por meio da Lei nº. 10.375/2015, e autorizou a execução dos programas e ações do FERJ conforme tabela a seguir:

PROGRAMAS E AÇÕES POR ÓRGÃOS		
Programa Principal: 0543 - Prestação Jurisdicional		
Objetivo: Proporcionar à sociedade Maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade.		
Público Alvo: Sociedade		
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04901 – FERJ		
Programa	Ação	Finalidade
0543 - Prestação Jurisdicional	1656 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário	Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário
0543 - Prestação Jurisdicional	4436 - Modernização do Judiciário	Modernizar e reaparelhar o judiciário com vistas à melhoria da prestação jurisdicional
0543 - Prestação Jurisdicional	4437 - Gestão e Capacitação de Recursos Humanos	Gestão e Capacitação de Recursos Humanos

Para as ações e programas foram previstas metas físicas as quais possibilitam uma melhor avaliação da atuação do FERJ, pois fornecem informações quantitativas acerca das atividades desenvolvidas, possibilitando a mensuração da eficiência dos recursos aplicados comparados às metas financeiras. As metas físicas e financeiras para o ano de 2019 foram executadas conforme quadro abaixo:

PROGRAMA - 0543 - Prestação Jurisdicional							
Ação	Produto	Unidade de Medida	Metas		Execução		%
			Física	Financeira	Física	Financeira	
1656	Prédio construído, reformado ou ampliado	m2	26.750	34.697.314,00	23.409,58	18.351.453,56	52,89%
4436	Medido pela despesa	unidade	-	123.868.246,96	-	111.501.655,62	90,02%
4437	Servidor capacitado	unidade	2.400	2.635.980,00	5.116	2.132.057,77	80,88%
Subtotal do Programa				161.201.540,96		131.985.166,95	

Verifica-se que da análise da execução física – financeira do planejamento anual do Fundo de Modernização e Reparelhamento do Judiciário – FERJ que todas as ações foram executadas dentro das expectativas do exercício, sendo que se destaca quanto a meta financeira prevista e executada as pertinentes ações 4437 – Servidor Capacitado, um percentual de execução de 80,88% e ações 1656 – Prédio Construindo, reformado ou ampliado, com percentual de execução de execução de 52,89% da meta planejada. Destacando-se as seguintes obras iniciadas com recursos do Fundo:

- Serviços de Construção do Fórum de Presidente Dutra - MA
- Serviços de Construção do Fórum de São João Batista - MA
- Obras de Construção do Fórum de Santa Luzia do Parua - MA
- Desmontagem e montagem do elevador do Fórum da Comarca de Timon - MA
- Serviços de Construção do Fórum da Comarca de Vitorino Freire - MA
- Serviços de Engenharia de reforma e ampliação do fórum da comarca de Pindaré Mirim – MA
- Serviços de Engenharia de reforma e ampliação do fórum da comarca de Rosário - MA

Outro importante instrumento de planejamento anual, servindo de conexão entre o plano estratégico das ações governamentais (PPA) e o plano operacional a ser executado (orçamento anual) é a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. Esta tem por finalidade orientar a elaboração do Orçamento, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas de capital, além de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento e dispor sobre as alterações na legislação tributária.

DO ORÇAMENTO

Atendendo as disposições previstas na LDO, a proposta orçamentária do FERJ para o exercício de 2019, fixou a despesa no valor de R\$ 120.336.000,00 (cento e vinte milhões trezentos e trinta e seis mil). No decorrer do exercício financeiro, após as suplementações orçamentárias, o orçamento autorizado para o período foi de R\$ 161.201.540,96 (cento e sessenta e um milhão duzentos e um mil quinhentos e quarenta reais e noventa e seis centavos).

A seguir, uma avaliação orçamentária por programas e ações desenvolvidas.

POR PROGRAMA

O programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade. O programa é o módulo comum integrador entre o plano e o orçamento.

No quando abaixo vemos a execução dos programas previstos na LOA para o exercício de 2019:

PROGRAMA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Executado (Emp.)	Perc. De Exec.
0543 - Prestação Jurisdicional	120.336.000,00	161.201.540,96	131.985.166,95	81.88%

Ao avaliar o cumprimento das metas financeiras por programa apresentadas acima, constatamos que o FERJ executou 81,88% do previsto para o programa 0543, produzindo um resultado muito eficaz e plenamente satisfatório.

POR AÇÃO

Os programas são compostos de ações, que, conforme suas características podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais. A atividade envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo. O projeto envolve um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo. Já a “Operação Especial” abrange as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de Governo.

No âmbito do FERJ as suas ações têm características de atividades e projetos.

A execução das metas físicas e financeiras já foram avaliadas quando do comentário sobre o PPA.

Apresentamos a seguir a execução das metas financeiras:

PROGRAMA	PROJ/ ATIV	DENOMINAÇÃO	AUTORIZADO	EXECUTADO	Perc. De Execução
0543 - Prestação Jurisdicional	1656	Construção, Ampliação e Reforma de Prédios do Poder Judiciário	34.697.314,00	18.351.453,56	52,89%
	4436	Modernização do Judiciário	123.868.246,96	111.501.655,62	90,02%
	4437	Gestão e Capacitação de Recursos Humanos	2.635.980,00	2.132.057,77	80,88%
Total			161.201.540,96	131.985.166,95	81,88%

Da análise dos dados acima, pode-se verificar que as ações foram executadas de forma eficiente demonstrando um percentual de realização de 81,88%, com ênfase para a ação Modernização do Judiciário de 90,02% da meta.

Da Ação 656 – Capacitação de Recursos Humanos, pessoal capacitado, com percentual de execução de 80,88% do valor planejado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário - FERJ vem desempenhando um papel importantíssimo para o desenvolvimento do Judiciário Maranhense, pois vem batendo recordes de arrecadação e proporcionando cada vez mais recursos a serem aplicados na modernização do Judiciário Maranhense, sempre atendendo aos limites estabelecidos pela legislação e com uma postura transparente na gestão dos recursos.

Modernizar e Reaparelhar o Judiciário Maranhense é o maior compromisso deste Fundo, que no seu conjunto de trabalhos e ações, já caminha na direção de tornar-se uma instituição de excelência, mostrando-se atualmente uma referência para os Fundos Especiais do Poder Judiciário no Norte-Nordeste.

São Luís (MA), 31 de Dezembro de 2019.

Desembargador JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS

PRESIDENTE